

alizadas, liamba e, mais tarde, haxixe, auferiam receitas muito inferiores ao que presentemente acontece com a comercialização de heroína e de cocaína, que surgiu apenas em início da década de 80 (p. 198).

Os dois capítulos seguintes pretendem explorar a construção da *comunidade de representações*. A partir daqui adensa-se a terminologia sociológica e os capítulos tornam-se mais opacos para os leigos, não deixando, porém, de proporcionar informação importante e esclarecedora. É particularmente interessante conhecer como os habitantes enfrentam as atitudes exteriores com respeito ao bairro: alguns, valorizando as práticas do *dar à fuga* (interferir com os agentes policiais) e de *não chibar num filho de bairro*; outros, culpando aqueles mesmos agentes e a sociedade exterior por estigmatizarem o Casal Ventoso como bairro de toxicodependentes, embora existam outros bairros com problemas de tráfico e habitantes do Casal Ventoso que não traficam nem consomem drogas.

A maioria do texto foi escrita como tese de mestrado do autor e revela o seu conhecimento íntimo do bairro, onde trabalhou durante dois anos. Um único reparo, se pudesse pedir mais. Seria interessante cruzar a principal fonte de informação do autor para as histórias do bairro, os relatos dos habitantes, com outras fontes, como os arquivos jornalísticos; seria interessante comparar a visão interna e as memórias dos ha-

bitantes com matéria externa. Não obstante, o livro é bastante interessante e informativo, rompendo com o estereótipo de um bairro-da-lata português e proporcionando um retrato de comunidade.

BILL DILWORTH

*Luís Vicente Baptista, Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora, 1999, 224 páginas, bibliografia, tabelas, gráficos.

A obra de Luís Vicente Baptista, que forma o condensado de uma tese, dedica-se ao aparecimento, em 1933, e à evolução até ao início dos anos 70, em Portugal, das políticas públicas em matéria de habitação social, tentando o autor identificar as respectivas linhas de força e transformações. O estudo centra-se no caso exemplar de Lisboa.

Aos quadros legislativo e administrativo, que são evolutivos e regulam as modalidades e os critérios de atribuição das habitações sociais, junta-se o registo ideológico do Estado Novo. A análise sociológica incide sobre as lógicas e os efeitos sociais, e acima de tudo urbanos, de semelhante programa, bem como

sobre os seus elementos políticos. Uma das consequências será a invenção de uma «população precária» em matéria de habitação. A este processo está associada a problemática da dinâmica urbana, na sua vertente espacial, demográfica e morfológica. Também as relações e as mobilidades sociais (bem como espaciais) acabaram por ser afectadas. Sob o olhar do regime, a «cidade reinventou-se», para retomar o título da tese inicial. Vários são os domínios abordados: a cidade, o Estado, o *habitat*, funcionando este como um indicador dos dois primeiros: «A habitação social surge portanto como um bom ‘analisador’ das políticas urbanas do Estado Novo e, implicitamente, das próprias alterações do regime político que o desenvolveu», citando o propósito de Vítor Matias Ferreira no prefácio.

Se o intervencionismo do Estado em matéria de urbanismo não é recente, visto que Pombal já o praticara, como lembra David Justino no prefácio, com Salazar adquire uma tonalidade particular. Os poderes públicos tratam dos problemas técnicos e sociais, nomeadamente os ligados à habitação das populações que não podem aceder às casas controladas pelo mercado imobiliário. O Estado tenta contrariar os efeitos desestruturantes que afectam o equilíbrio espacial e social através de decisões políticas e medidas reguladoras guiadas pela vontade corporativista de consolidar os valores «tradicionais» da sociedade portuguesa, em especial os da «família» e da «propriedade».

Um processo que levou à edificação de uma ordem espacial e habitacional.

A primeira política de habitação económica levou à produção de casas «sociais» de renda moderada. Em 1933 foi inaugurado o Programa das Casas Económicas, que durou, sob diversas variantes, até às vésperas do 25 de Abril de 1974. Com um peso demográfico a rondar os 10% da população nacional, Lisboa atingiu as dimensões de uma metrópole. Razão pela qual o estudo se ressituiu no desigual desenvolvimento demográfico e urbano de Lisboa, analisando em pormenor as sucessivas iniciativas, com os seus conteúdos sócio-económicos e os seus processos cada vez mais normativos, ou seja, burocráticos.

A noção de campo permite que o sociólogo construa, à luz da experiência francesa e do modelo bourdieusiano, o seu objecto com contornos variáveis no tempo, segundo um processo alicerçado no político e, a partir do final dos anos 50, na inércia das próprias normas urbanas. Esse campo centra-se na «defesa e na afirmação de um ‘direito à habitação’» e encontra-se estruturado segundo um jogo complexo de interesses e relações de forças que fazem emergir o universo «morfológico e social da ‘habitação social’» (pp. 8-9).

A uma introdução onde o tema escolhido é definido e delimitado seguem-se cinco capítulos que tratam de um aspecto importante da articulação cidade/habitação social.

O primeiro capítulo («Cidade e políticas sociais de habitação») deli-

mita o âmbito da análise e especifica as articulações entre as políticas sócio-económicas da habitação e o espaço urbano encarado nos seus aspectos sociais e demográficos. O controlo da população, sobretudo da franja mais «instável» das famílias numerosas «de risco» que vivem na precariedade (p. 134) e dos meios populares provenientes de zonas *extramuros* (tanto mais que se recompõe a relação urbanidade/ruralidade), opera através da «classificação e da selecção das áreas habitacionais» (p. 8). No entanto, a associação habitual entre pauperização económica e *habitat* social é uma construção grosseira face a uma realidade complexa. Nas décadas de 30-40, o debate posicionou-se na escolha, pelo Estado, entre a casa individual e o prédio colectivo a partir de critérios morais e económicos. A residência do tipo vivenda integra valores individuais, cuja estrutura e modos de atribuição se repercutem forçosamente no jogo das relações sociais; tratou-se, por parte do regime, de desfazer as solidariedades populares ou de classe e, simultaneamente, de reforçar os laços primários que conduzem ao familiarismo. O lar transforma-se no «espaço moral».

O segundo capítulo concentra-se na questão das «Políticas sociais de habitação no Estado Novo: 1933-1969». A distribuição regulada das casas económicas baseia-se numa ordem social: se, nas intenções jurídico-políticas, todas as famílias — e não todos os indivíduos —, mesmo

as mais modestas, têm direito a uma habitação social em nome de uma «sociedade de proprietários», a prática rege-se por outro princípio, de natureza moral e ideológica: «a cada qual segundo as suas posses» (p. 48). A partir de 1945, por razões sobretudo orçamentais, a fórmula menos pesada das *rendas económicas* é preferida ao sistema das *casas económicas*, tendo como pano de fundo um discurso que denuncia o crescimento urbano «desregrado» e a «crise da habitação». Também aí são critérios institucionais que regem a selecção dos candidatos. Seguidamente, o autor estuda a forma como «uma relação conciliadora ou concorrente se institucionalizou entre a lógica de mercado, que estrutura historicamente no capitalismo as relações face à propriedade, e uma lógica edificada segundo os preceitos da intervenção ‘reguladora’ das instâncias públicas».

O capítulo seguinte trata de «A política das casas económicas». O valor da produção estatal destas habitações, segundo Luís Baptista, não se pode calcular pelo número de realizações efectivas: torna-se, para o regime, um modelo exemplar a impor ao sector privado em matéria de controlo das construções. A edificação de vivendas ou de bairros de vivendas cede o lugar a formas mais diversificadas, conservando, todavia, a casa um valor ideológico de referência para o Estado e um objectivo promocional para a maioria das famílias, sobretudo se puderem integrá-lo no seu património. Nos finais da dé-

cada de 50 surge um processo de burocratização da questão da habitação social, reenquadrada ao nível do território metropolitano.

O quarto capítulo intitula-se «Os bairros de casas económicas em Lisboa». Reconstitui os tipos de beneficiários das casas sociais e tenta determinar as suas características sócio-profissionais. A produção política da habitação social tem como efeito, ou como corolário, a construção ideológica da população, que «passa pela definição de uma área publicamente programada e administrada, implicando a criação, pela iniciativa pública, de mecanismos de controlo dos habitantes» (pp. 123 e 139). O acesso às residências está reservado aos membros dos sindicatos nacionais e aos funcionários; enquanto corporações sociais de base ideológica, estas instituições são mediadoras do regime fascista. Embora exista uma relativa homogeneidade social e económica entre os residentes, encontra-se nessas casas uma miríade de profissões muito diversas. Foi assim que o investigador identificou cento e dezanove profissões diferentes: os sectores de actividade mais representados são os do domínio marítimo, da construção civil, da indústria e dos transportes ou funcionários ministeriais e municipais, pessoal do comércio e serviços (pp. 148-165).

A última parte é simultaneamente um balanço e um prolongamento («Em Lisboa, a herança do programa das casas económicas»), porque se centra na problemática da dinâmica

urbana encarada sob o ângulo triplo do *habitat*, da população e do espaço. Desde finais dos anos 30, e sobretudo a partir de 1959, surge o que o autor chama «municipalismo» em relação à urbanização de Lisboa. Trata-se de uma função administrativa territorializada, aplicável ao estudo e à execução das obras de urbanização circunscritas a uma aglomeração urbana. Dois valores, ou mesmo dois imperativos, presidem a essa acção: gestão urbana «a longo prazo» e qualidade residencial. Paralelamente, à unidade residencial será preferida a escala do *habitat*, que abrange um conjunto habitacional e um meio sócio-espacial (p. 198). Entre 1933 e 1970, uma oscilação identificou a posição do Estado Novo em matéria de habitação e, de uma forma mais abrangente, de urbanismo: esta situa-se entre a ideologia corporativista e um certo realismo de gestão, emergindo este nos anos 50-60.

De *Cidade e Habitação Social* ressalta o facto de a produção centralizada do *habitat* e a produção do espaço, tanto físico como social, se conjugarem numa mesma dinâmica. Poderão lamentar-se as demasiado longas e demasiado sucessivas citações, que por vezes prejudicam a argumentação do autor. E o que também parece faltar é uma interrogação metodológica sobre os documentos de Estado utilizados.

A obra de Luís Baptista tem o mérito de abordar um objecto pouco explorado na sociologia portuguesa e, sobretudo, de estabelecer uma ligação

entre registos dissociados. A atitude adoptada neste estudo lembra-nos a importância do «âmbito da análise», que é distinto do terreno de observação. Com efeito, toda a teoria simultaneamente histórica, sociológica e política desenvolvida pelo sociólogo permite, se não atribuir todo o seu sentido, pelo menos fornecer referências explicativas para a compreensão de um universo circunscrito mas com algumas razões pertencentes a uma escala mais alargada, a meio caminho entre o local, indispensável, e o global, cada vez mais pungente.

ANÍBAL FRIAS

*Maurizio Ferrera, Anton Hemerijck e Martin Rhodes, O Futuro da Europa Social — Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia*, Oeiras, Celta, 2000, 150 páginas.

Schumpeter afirmou que «o carácter científico de uma dada peça de análise é independente do motivo que lhe deu causa» (*History of Economic Analysis*, 1, 1, 3). Realmente, pode ser que o carácter científico seja independente, mas a forma e o conteúdo são muitas vezes afectadas pelo motivo que deu causa à peça de análise.

A finalidade do livro *O Futuro da Europa Social* é, declaradamente,

«analisar as transformações do modelo social europeu e a capacidade deste para enfrentar os desafios, quer internos, quer externos, que se lhe depararam no início do século XXI» (p. 1). Esta tarefa complexa é, pode dizer-se, completada com qualidade e rigor. Procurando um equilíbrio entre a análise económica, o pragmatismo político, os detalhes institucionais e a antevisão estratégica, o livro consegue traçar um quadro inteligente, profundo e interessante do problema em análise.

O principal valor deste relatório é a informação que contém. Alguns quadros espalhados pelo texto conseguem uma caracterização relevante e clara dos problemas sociais da Europa. Mas é no longo anexo que se tem acesso a um largo manancial informativo. Sob a epígrafe «Reformas das políticas sociais nos países da União Europeia nos anos 90» inclui-se uma lista geográfica e cronológica das várias medidas tomadas na última década nesta área. Embora careça de alguma orientação, podendo o leitor perder-se no meio de tantas páginas de listas, trata-se de uma resenha exaustiva e valiosa.

No que toca ao texto propriamente dito, ele constitui uma breve (109 páginas) e elegante caracterização, avaliação e terapêutica dos sistemas sociais da Europa. O livro não se dirige tanto aos problemas quanto às leis e instituições criadas para os abordar. Assume como um dado as grandes linhas de actuação política nesta área, referindo-as apenas para as justificar. A finalidade é contribuir